

# A CLASSIFICAÇÃO DO CONHECIMENTO ARQUEOLÓGICO ATRAVÉS DA ANÁLISE DE CONCEITOS NA ARTE RUPESTRE

*Carlos Xavier de Azevedo Netto*

Arqueólogo, doutor em Ciência da Informação,  
Professor do DBD/CCSA/UFPB.

---

O presente trabalho pretende discutir a classificação dos conceitos realizada pelos arqueólogos sobre a Arte Rupestre. A discussão está embasada na Teoria do Conceito de Dalhberg (1978), onde os fundamentos dessa estrutura teórica se aproximam Semiótica de Peirce (1977). Para discutir a classificação, no que diz respeito a sua fundamentação, buscou-se subsídios em Foucault (1992), na arqueologia de Mendonça de Souza (1992 e s/d), Hodder (1994) e Bradley (1994) e na classificação do conhecimento de Vickery (1960), Janecke (1995) e, principalmente Ranganathan (1963). Assim, procurou-se relacionar as diferentes instâncias de conceitos utilizados para representar a Arte Rupestre com o PMEST, de Ranganathan, procurando vincular a sua estrutura conceitual aos arranjos de organização do conhecimento.

Palavras-Chave: Arte Rupestre, Teoria dos Conceitos, Classificação do Conhecimento.

*The classification of the archaeological knowledge through the analysis of concepts in the rock art. This paper intends to discuss the classification of concepts adopted by the archaeologists on rock art. The discussion is based on Theory of Concept, from Dalhberg (1978). The bedding of the theoretical structure of Dalhberg are quite close of those adopted by Pierce on Semiotics. To discuss classification, concerning its bedding, it was promoted a search for subsidies on Foucault (1992), on archaeology of Mendonça de Souza (1992 e s/d), on Hodder (1994) and Bradley (1994) and on knowledge classification of Vickery (1960), on Janecke (1995) and, mainly, on Ranganathan (1963). Thus, the different levels of concepts used to present rock art was related to Ranganathan's PMEST, aiming at tie its conceptual structure to the knowledge organisation arrangements.*

*Keywords: Rock art, Theory of Concepts, Knowledge classification.*

**T**odo o conhecimento humano, e suas diversas áreas, estão preocupados com a organização de seus dados e de suas formulações teóricas, à respeito do segmento do mundo real, ao qual está voltado e interessado. Identificando-se com esta preocupação, desde o conhecimento filosófico, passando pelo religioso, pelo estético, e principalmente, o científico, aí incluindo todas as ciências. No caso das ciências sociais, esta preocupação ainda é maior, devido a sua própria natureza, que difere, em muito, das ciências exatas, que possuem arranjos, mais ou menos, estáveis de organização do conhecimento.

Na esfera dos fenômenos sociais, o estabelecimento de generalizações dos seus eventos, em termos universais, é praticamente inexistente, já que os fenômenos sociais são extremamente variáveis, tanto no tempo como no espaço. Por isto é que os arranjos construídos de seu conhecimento assumem contornos individualizados para cada tipo de evento observado. Isto fica mais evidente no caso da arqueologia, onde seus eventos são organizados de modo individual, de sítio para sítio, mas sempre observando pressupostos metodológicos estabelecidos. A situação deste campo em particular, agrava-se ainda mais quando começa a haver interseção entre grandes áreas do conhecimento, como é o caso da arte rupestre, que aglutina tanto elementos da estética quanto das ciências sociais e da cognição.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo demonstrar e discutir as formas pelas quais se dá a construção e organização do conhecimento da arte rupestre dentro da arqueologia, enquanto mecanismo de representação (Azevedo Netto, 2001). Partindo da classificação (que pode ser considerada como uma forma de organização do conhecimento<sup>1</sup>) de seus eventos, evidenciar-se-á os conceitos (ou facetas, de acordo com Azevedo Netto, 1997) que compõe esta classificação. Verifica-se, portanto, o caminho traçado para se chegar as

---

<sup>1</sup> E até dos próprios atos cotidianos de uma pessoa, como demonstra o texto de Langridge (1977) acerca dos princípios de classificação.

grandes unidades teóricas utilizadas para formar o mosaico da situação deste tipo de evento dentro do conhecimento arqueológico, em um sistema de classificação que atenda os princípios constitutivos desta área. Nisto, este trabalho possui duas grandes divisões; a primeira que diz respeito aos modos como o fenômeno arte rupestre é classificado, em suas unidades básicas, e a segunda, que diz respeito as formas que estas unidades teóricas podem ser agrupadas.

## **A QUESTÃO DOS CONCEITOS**

O uso e entendimento da categoria *conceitos* está vinculado diretamente na formação dos discursos, sejam especializados ou não. Portanto, o fundamento utilizado aqui para entender o que são e qual a forma de ação dos conceitos são os princípios de constituição dos conceitos, apresentados por Foucault (1996). Os princípios estabelecidos por esse autor estão baseados em procedimentos de exclusão e podem ser relacionados como *interdição*, *separação*, *vontade de verdade*, *comentários*, *rarefação* e *disciplina*. Esses princípios têm atuação específica na formação dos discursos dentro dos campos científicos, mas necessitariam de uma análise específica para serem tratados com mais detalhes.

A forma como determinado campo do conhecimento se constrói e desenvolve pode ser notado a partir da construção de seus conceitos quer sejam fundantes, quer sejam operacionais. Dentro do discurso científico, nota-se cada vez mais que a sua formação e formalização se dá no conjunto de conceitos com que se municia e se relacionam seus membros. Estudos sobre estas questões, do discurso científico e sua prática social, estão disseminados por várias áreas, desde a sociologia da ciência, passando pela filosofia, antropologia, epistemologia, e a Ciência da informação.

Dentro da sua tradição, a informação ficou bastante marcada pelo tratamento como fenômeno alheio às questões sócio-culturais, existindo nela mesma. Modernamente, verifica-se um deslocamento da ênfase das percepções individuais, para os estudos de organização do conhecimento com base no seu domínio. Não se esquecendo

dos atores sociais que sustentam e confirmam o conhecimento, e a informação como um meio de disseminação deste conhecimento, considerando deste modo o aspecto cognitivo da Ciência da Informação, de acordo com Hjoland & Albrechtsen (1995). Assim, a questão do domínio passa pela relação sujeito e objeto, detectando-se que estas instâncias possuem uma relação mediada pela percepção, com a linguagem como um eixo de ligação, instrumentalizador, na relação entre o homem e o real. Com o espaço semiótico substituindo o espaço ontológico e do sujeito.

Assim, a análise de domínio é o *locus*, onde reside a determinação e entendimento da criação dos conceitos que permeiam a produção do conhecimento. E que um determinado conceito só terá sentido se, e somente se, inserido em um determinado contexto sócio-cultural, seja ele de qualquer natureza, i. e., se confrontado com o corpo de conhecimento para o qual foi produzido. Em uma abordagem cognitiva, o conhecimento alcançaria uma autonomia em relação ao sujeito através do discurso que, socialmente consensualizado, passaria pela criação dos conceitos que são instrumentos sociais de disseminação de conhecimento, sem perder o foco da relação da validação do conhecimento em sua comunidade.

Mas os estabelecimentos de conceitos, nas ciências sociais em particular, apresentam, de modo geral, o problema do emprego de palavras comumente usadas, o que acarreta uma grande polissemia. Nesta ótica, as análises de conceitos devem ater-se a campos selecionados do conhecimento, ou a um segmento social que os utilize, iniciando por definições interrelacionadas dos conceitos centrais, integrantes do quadro de conhecimento de determinada comunidade. Para tal, Dahlberg (1978:5) define conceito como “... uma unidade do conhecimento, compreendendo *afirmações verdadeira* sobre um dado *item de referência*, representado por uma *forma verbal*”. Complementando, passa a dissecar os três componentes principais desta definição, que são:

“(2) *afirmação verdadeira* é a componente de um conceito que expressa um atributo do seu item de referência.

(3) *item de referência* é o componente de um conceito para qual sua *afirmação verdadeira* e sua *forma verbal* estão diretamente relacionadas, sendo assim o seu referente.

(4) *forma verbal* (termo/nome) de um conceito é o componente que resume convenientemente ou sintetiza e representa um conceito com o propósito de designar um conceito de comunicação” (Dahlberg, 1978:5).

Quanto à representação gráfica dos componentes de um conceito, observa-se que se aproxima em muito do triângulo semiótico conforme definido por Eco (1980). Os componentes *referente*, *termo* e *significado* apresentam analogias com *signo-objeto*, *signo-veículo* e *signo-interpretante*, a tríade de Peirce (1977). Mas não se deve esquecer que dentro deste modelo de formação de conceitos há a questão do *universo dos itens* e do *universo do discurso*, sendo o primeiro a base para a formação dos conceitos, e o segundo para a sua aplicação, que tem sempre a adição de seu referente e de seu termo, respectivamente. Então para uma categorização apropriada dos conceitos, deve-se seguir uma categorização, *a priori*, do referente.

## **OS CONCEITOS UTILIZADOS NA ARTE RUPESTRE**

Toda e qualquer tentativa de classificação pressupõe a utilização de alguns conceitos que fundamentem a ordenação do conhecimento produzido em determinada área, considerando-se que isto está presente em qualquer nível ou campo do conhecimento, desde o *senso comum*, até os mais especializados. Assim, a arte rupestre como qualquer outro elemento de estudos da arqueologia, teria uma série de conceitos para organizá-la. Como toda tentativa de uniformização de uma linguagem controlada, a arqueologia também sofre de algumas interpretações particularizadas de seus conceitos, mas que ainda são inteligíveis para as diferentes correntes de pensamento que tratam das representações rupestres. Sendo desta maneira que estes conceitos, exclusivamente classificatórios, serão aqui abordados, assinalando os seus princípios gerais, e as suas divergências para uma análise posterior. Mas para começar a se falar em conceitos da arte

rupestre, deve-se, em primeira instância, definir o que seria o próprio conceito *arte rupestre*, que pode ser entendido como toda e qualquer representação gráfico-icônica, pintada ou gravada, realizada sobre a rocha, pelo homem pré-histórico.

Os conceitos gerais com que se aborda a classificação da arte rupestre podem ser divididos em dois grandes grupos: *os conceitos analíticos e os conceitos sintéticos* (identificados por Azevedo Netto, 1998). No caso dos conceitos analíticos, estes podem ser entendidos como aquele conjunto de conceitos que tratam de decompor o painel rupestre em sucessivas fases, aproximando-se das etapas de observação arqueológica, até o estabelecimento das tipologias de sinalações. Para os conceitos sintéticos, estes podem ser entendidos como aquele conjunto de conceitos que tratam de agrupar os tipos de sinalações, criados na primeira fase de observação da manifestação, até o estabelecimento das unidades classificatórias maiores, no caso, as tradições.

Os conceitos analíticos da arte rupestre podem ser ordenados da seguinte maneira, a partir da definição de arte rupestre: suporte; modalidade; técnica; temática; motivos; tipologia. Esta ordenação está estruturada da mais ampla identificação até os elementos individuais que configuram um painel. Estes conceitos são definidos da seguinte forma:

- 1) *Suporte* – Superfície que sustenta e onde são executadas as representações.
- 2) *Modalidade* – Categoria em que cada conjunto de representações está vinculado, como as pinturas e as gravações.
- 3) *Técnica* – Conjunto de procedimentos usados para a execução de uma representação.
- 4) *Temática* – Categoria geral que reúne as representações em conjuntos de motivos.
- 5) *Motivos* – Conjunto de elementos formais mais simples que compõe um painel (Mendonça de Souza, 1979:10).
- 6) *Tipologia* – Conjunto ordenado de tipos (que podem ser entendidos como o conjunto de características comuns que distinguem um grupo de representações de outros, por Chmyz, 1976: 144).

No caso dos conceitos sintéticos da arte rupestre, estes podem ser ordenados da seguinte maneira: tradição; estilo; fâcies; variedade. Esta organização, necessariamente, não implica em um encadeamento de uma categoria em outra, pois se pode ter uma tradição sem um estilo, e vice-versa. A única hierarquia que se identifica nesta classificação está ligada aos conceitos de fâcies e variedade, como será visto adiante. Estes conceitos são definidos da seguinte forma:

- 1) *Tradição* – Grupo de representações com persistência temporal (baseada em Chmyz, 1976: 145).
- 2) *Estilo*<sup>2</sup> – Conjunto de elementos ou motivos associados que caracterizam um horizonte ou uma tradição (baseada em Chmyz, 1976: 131).
- 3) *Fâcies* – Grupo de representações de uma tradição que é específica de uma determinada localidade (Prous, 1980:129).
- 4) *Variedade* – Variação de frequências de um determinado tipo, de um estilo, que especificam determinada localidade (Azevedo Netto, 1994:135)

## **A CLASSIFICAÇÃO**

A organização do conhecimento tem como um de seus princípios o ato de classificar o mundo que nos cerca. Entendendo inicialmente como classificar a ação e o efeito de classificar. Um dos principais pensadores contemporâneos que procura tratar do fenômeno da representação e da classificação é Foucault (1992), vê o ato de classificar como um dos modos de inteligibilidade entre aqueles que compartilham um mesmo princípio de classificação. Classificar, como foi dito por Mendonça de Souza (1992) seria o modo como os indivíduos de um grupo têm para se inter-relacionar com os outros indivíduos e o mundo que o cerca, já que estes indivíduos compartilham o mesmo quadro conceitual, que é a cultura.

Nas ciências, de modo geral, e nas humanas em particular, pode-se considerar a classificação como:

---

<sup>2</sup> Embora seja a mais tradicional definição, algumas outras foram propostas, e hoje em dia esta categoria é vista como aquela que melhor se aplica ao estudo da arte rupestres, essa categoria ainda acarreta uma série de discussões quanto a sua definição e aplicabilidade.

“(…) dispor ou distribuir em classes e/ou grupos, de acordo como um *sistema* ou *método* preexistente, que define os princípios ou critérios de identificação, associação, inclusão ou exclusão, de determinado item em relação a uma classe, e que permite determinar as classes em que se deve (ou pode) dividir ou subdividir qualquer conjunto de análise, ordená-lo ou arrumá-lo. (Mendonça de Souza, s/d:8)

Na Arqueologia a classificação assume uma posição de destaque como um competente instrumento de análise, na figura das tipologias. Cabendo colocar que o ato de classificar é, em si, uma abstração e eleição de critérios de semelhanças e diferenças do observador. Esta ferramenta propicia a apropriação e definição dos contextos analíticos, que são as formas de observação do registro arqueológico encontrado, já que: “Em na base de todo o trabalho arqueológico se encontra a necessidade de classificar e formar categorias” (Hodder, 1994:147). Associando o registro arqueológico com a *leitura* de um *texto*, e no caso da arte rupestre com uma função simbólica marcada (Bradley, 1994) as noções de contexto e de tipologia estão interligadas quando:

“(…) vale a pena delimitar a noção de ‘tipo’, tão freqüente na Arqueologia, dado que as semelhanças tipológicas entre objetos no espaço e no tempo são distintas das distâncias (no espaço e no tempo) que existem entre elas. A idéia de semelhança e diferença tipológica é fundamental para definir contextos temporais (período, fases) e contextos espaciais (culturas, estilos)” (Hodder, 1994:147).

Onde:

“(…) Os significados de um texto derivam da contextualização de princípios abstratos na prática da vida cotidiana. Os significados podem estar distanciados das intenções do ‘autor’ do texto e podem depender muito do contexto em que o texto vai ser ‘lido’” (Hodder, 1994:164).

## **A CLASSIFICAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO**

A classificação é a forma encontrada pelos mais diferentes campos, desde as formas mais cotidianas de classificação, até aquelas mais elaboradas pelas ciências, de conseguir manter um repertório de informação que permita a interação e a evolução do conheci-



mento. Vários são os esquemas, ou princípio, ou sistemas, classificatórios que foram criados, desde os mais específicos, até aqueles que se pretendem universais. Como é o caso do CDU (Classificação Universal Decimal), o CDD (Classificação Decimal de Dewey), para aqueles sistemas universais, o sistema classificatório da Química, como caso de um sistema específico. Como se pode ver a variedade de sistemas de classificação é grande, já que praticamente toda ciência forma, para sua própria organização, um sistema classificatório particular, e no caso do presente trabalho, a arqueologia em particular. Aí, a classificação facetada (Vickery, 1960) entra como um dos princípios ordenadores da construção de sistemas classificatórios, quer sejam gerais, quer sejam específicos.

Os vários sistemas classificatórios apresentam-se por demais fechados, em seus princípios e técnicas rígidas, muitas vezes distorcendo ou fragmentando o próprio assunto que está como objeto de classificação. Este é o problema do CDD e do CDU dificultando o atendimento, das necessidades de uma área específica, o que é o caso da arqueologia, de modo geral, e da arte rupestre, em particular. Com isto a forma encontrada por Vickery (1960) para dar conta desta carência, introduz o que chama de *faceted classification*, que pode fornecer princípios, além de gerais, que permitam uma maior abertura dentro de um quadro classificatório. A análise facetada de assunto incorpora a possibilidade de considerar uma maior gama de variáveis no ato de classificar, do qual a análise de domínio pode ser vista como resultante, em áreas onde a indexação de seus vocabulários ainda é muito precária, ou pouco difundida.

Sendo uma ferramenta analítica,

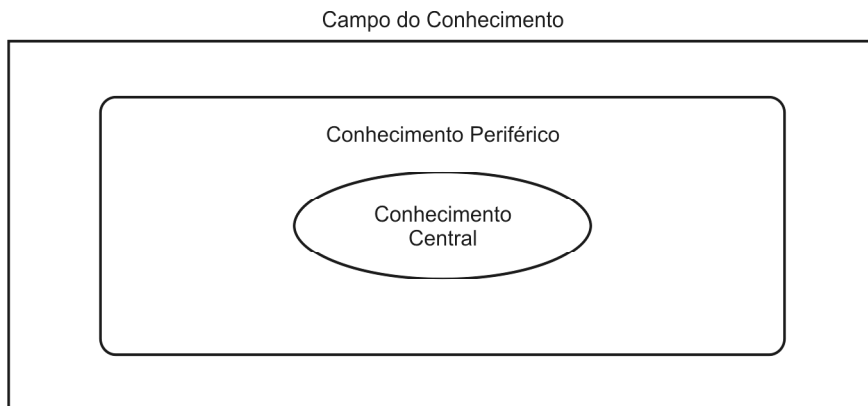
“As análises facetadas oferecem um grupo de princípios e técnicas que tem sido, atualmente, aplicadas em uma variedade de campos de assuntos, e estas têm se mostradas muito proveitosas e férteis. Seu potencial é de considerável valor para toda a perspectiva de recuperação em campos especiais” (Vickery, 1960:12).

Então se podem considerar estes princípios de organização e recuperação de informações, não como um sistema classificatório definido, mas antes como uma forma de se procurar, ou construir,

um sistema que satisfaça as necessidades particulares de uma área, ou que reflita de modo mais fiel e completo, o possível, o conhecimento de uma área em particular. Assim procurou-se um sistema, ou esquema, que pudesse responder de forma mais aberta a questão das múltiplas facetas que a arte rupestre se enquadra.

Nisto, vale lembrar do trabalho de Ranganathan (1963), que estabelece cinco categorias fundamentais do conhecimento, que irão ordenar os conceitos dentro de um sistema classificatório, que são denominadas de: *personalidade, matéria, energia, tempo e espaço*. Em sua estrutura de classificação, Ranganathan pretende fundamentar-se na essência, que cada categoria quer exprimir, sobre um referente, materializado por termo, criando uma série de significados coerentes e interligados. No tocante à arte rupestre, este pode ser o encadeamento de seus conceitos, dentro de seu processo classificatório.

Esta forma de abordagem visa estabelecer quais os conceitos utilizados dentro de um determinado campo do conhecimento, no caso a arte rupestre, estão coerentes com a sua estrutura, no que Jaenecke (1995) define como *conhecimento central, conhecimento periférico e pseudo-conhecimento*, conforme o esquema abaixo. Sendo que esta ordenação de *tipos* de conhecimento de um campo dado, não se dá de forma aleatória ou gratuita, mas antes, está intimamente ligada às estruturas de produção do conhecimento, socialmente aceitas, e as próprias estruturas de poder que são inerentes ao universo



social. Estas colocações dão conta do rol de conceitos com que se vai tratar neste trabalho, que são justamente aqueles que estão consagrados na e na tradição da comunidade científica de arqueólogos.

## **OS CONCEITOS DA ARTE RUPESTRE E A CLASSIFICAÇÃO *PMEST***

Como foi dito anteriormente, procurou-se fazer uma analogia do processo classificatório usado para arte rupestre com a classificação *PMEST*, desenvolvida por Ranganathan (1963). Este pesquisador desenvolveu a sua classificação usando as categorias de personalidade (*P*), matéria (*M*), energia (*E*), espaço (*S*) e tempo (*T*), para ordenar, de acordo com as suas peculiaridades, os fenômenos informacionais. A analogia proposta é baseada na possível aplicação destas peculiaridades aos conceitos abordados dentro da classificação arqueológica para arte rupestre.

Dentre os conceitos analíticos, as suas características os levam a associarem as seguintes peculiaridades: para o suporte, a matéria; para modalidade, a personalidade; para a técnica, a energia; para temática, a personalidade; para os motivos, a personalidade; e para a tipologia, a personalidade. Quanto ao suporte, este é associado à matéria, por ser esta a sua principal característica, a matéria onde as representações se apresentam. Quando à técnica, associada à energia, é pelo gasto energético que a execução das representações implica. Os demais conceitos (modalidade, temática, motivos e tipologia), estão associados à personalidade, por ser esta a característica principal deste conceito, que é a individualização das representações.

Para os conceitos sintéticos, as suas características levam-nos a serem associados as seguintes formas de relacionamento: para a tradição, o tempo; para o estilo, o tempo; para a fácies, o espaço; e para a variedade, o espaço. Estes conceitos assumem algumas particularidades que limitam a sua associação em uma gama mais restrita de peculiaridades, mais especificamente, tempo e espaço. Os conceitos de tradição e estilo possuem em sua gênese a questão do tempo muito marcada, de modo mais ou menos amplo, sendo assim

associados, no *PMEST*, à categoria tempo. Para os conceitos de fácies e variedade, devido a sua relação com a espacialidade específica de uma determinada representação, eles estão associados diretamente ao espaço.

Assim observa-se que os conceitos classificatórios com que a arqueologia trabalha para estudar a arte rupestre podem ter as suas essências entendidas através do *PMEST*. Embora esta colocação ainda esteja em uma fase inicial de conjectura, carecendo de um maior aprofundamento, é uma faceta que merece ser explorada, para o entendimento do que seja a classificação de uma ciência (arqueologia) sobre um fenômeno estético (arte rupestre).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na arqueologia, como foi observado, o processo de classificação na arte rupestre possui duas etapas distintas e complementares, que são: a etapa analítica e a etapa sintética. A etapa analítica é aquela em que há um processo de individualização das representações rupestres, os seus signos, havendo a definição de uma tipologia a respeito do painel observado. Já a etapa sintética é aquela em que há um processo de agrupamento dessas representações individualizadas, que ocorre pela interpolação das semelhanças e diferenças que cada painel, ou sítio demonstra haver com os demais portadores destas manifestações, que pode fundamentar as futuras interpretações.

Observa-se que o comportamento destas duas etapas assume traços assemelhados no que tange a sua organização. Essa semelhança está na admissão, por ambas as etapas de, a partir de seus conceitos, aceitarem e absorverem o que pode ser chamado de subconceitos, ou conceitos complementares. No caso dos conceitos analíticos, exemplifica-se essa admissão por meio do conceito de modalidade, que em seu âmbito admite os conceitos de pictoglifo e petroglifo, sem mencionar os seus outros conceitos. E para os conceitos sintéticos, a exemplificação fica por cargo dos conceitos de tradição e estilo que admitem em sua esfera de atua-

ção os conceitos de variedade e fácies, mesmo que essa ocorrência não seja obrigatória.

Estas colocações assumem importância, quando se detecta uma certa normatização dentro da definição desses conceitos, que pode ser vista a partir dos paradigmas que eles assumem, em especial, se usada a seqüência *PMEST*. Nos conceitos analíticos, os paradigmas que dirigem as suas definições, são a matéria, energia e personalidade, sendo que este último é o que maior predomínio tem, onde, dos seis conceitos desta etapa, quatro estão fundados neste paradigma. Quanto aos conceitos sintéticos, os paradigmas que dirigem as suas definições são o tempo e o espaço, mas não há nenhuma discrepância quanto a sua aplicabilidade, com os seus quatro conceitos dividindo igualmente estes paradigmas.

Mesmo admitindo-se que o próprio ato de classificar já implica em uma postura interpretativa, notou-se que os conceitos desenvolvidos pelas mais diversas linhas de pesquisa na Arqueologia brasileira ainda não apresentaram interpretações consistentes. Isto se dá pelo limitado uso que se faz desses conceitos, procurando limitar-se aos aspectos descritivos destes instrumentos, já que se trata de um tipo de evidência que não permite uma confiança nas propostas interpretativas. Mas o uso e aplicação desses conceitos têm municiado alguns dos pesquisadores no Brasil a proporem interpretações, propriamente ditas, como é o caso de Pessis (1989), interpretando as superposições da Tradição Nordeste, de Prous (1989), na sua proposta de uma metodologia punctual.

Assim, verifica-se que os conceitos usados na classificação da arte rupestre possuem três paradigmas principais, a personalidade, o tempo e o espaço. Entendendo a personalidade, neste caso, como aquele conjunto de características que distinguem um grupo de práticas, culturais ou sociais, de outras similares. O que acarreta uma analogia entre estes paradigmas identificados e os eixos que definem a arqueologia enquanto uma ciência social distinta das outras, que são chamados de tempo, espaço e cultura. No tocante

aos dois primeiros, a aproximação não necessita de maiores explicações. Já quanto a aproximação de cultura e personalidade, deve-se levar em conta a principal função destes dos conceitos são, em maior ou menor grau, a individualização de seus portadores enquanto inseridos em um conjunto maior não homogêneo. Ou seja, a caracterização dos conceitos usados no estudo da arte rupestre, onde os conceitos analíticos, na sua maioria, são ligados à esfera da personalidade e os conceitos sintéticos, divididos entre as esferas do espaço e tempo. Associando, deste modo, o primeiro tipo de conceitos como aqueles que individualizam as representações, e os segundos os que as agrupam em unidades que visam ser interpretativas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO NETTO, C. X de. 1994. *As gravações rupestre do Cerrado: o enfoque de seus signos*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, EBA/UFRJ.
- . 1997. *Os conceitos da arte rupestre: a organização de seu conhecimento*. Trabalho apresentado na IIIª Reunião da ANCIB (Associação Nacional do Pesquisadores em Ciência da Informação) Rio de Janeiro, ANCIB/IBICT.
- . 1998. Classificação em arte rupestre: os conceitos Fundamentais. In *Anais do IIº Seminário de Informação e Iª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia da Região Sudeste*. Niterói, UFF/NEINFO/ANCIB, p.123-135.
- . 2001. *A arte rupestre no Brasil: questões de transferência e representação da informação como caminho para a interpretação*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ/ECO/IBICT.
- BRADLEY, R. 1994. Symbols and signposts: understading the petroglyphs of the British Isle, In RENFREW & ZUBROW. *The Ancient Mind: elements of cognitive archaeology, news Directions in Archaeology*. Cambridge, University Cambridge Press, p.95-106.
- CHMYZ, I. 1976. Terminologia arqueológica brasileira para a cerâmica. *Cadernos de Arqueologia*, Paranaguá, 1(1):119-148.
- DAHLBERG, I. 1978. A referent-oriented analytical concept theory for interconcept. *International Classification*, 5(3):142-151.
- ECO, U. 1980. *Tratado geral de semiótica*. São Paulo, Editora Perspectiva.
- FOUCAULT, M. 1982. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salimas T. Muchail. 6ª ed. São Paulo, Martins Fontes.
- . 1996. *A ordem do discurso*. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 2ª ed. São Paulo, Loyola.

- HODDER, I. 1994. *Interpretación en arqueología: corrientes actuales*. Trad. M<sup>a</sup> José Aubet & J. A. Barceló. 2<sup>a</sup> ed. Barcelona, Editorial Crítica.
- HJOLAND, B. & ALBRECHTSEN, H. 1995. Toward a New Horizon in Information Science: Domain-Analysis. *Journal of The American Society for Information Science*, 46(6):400-425.
- JAENECKE, P. 1995. To What End Knowledge Organization? *Knowledge Organization*, 21(1):3-11.
- LANGRIDGE, D. 1977. *Classificação: uma abordagem para estudantes de Biblioteconomia*. Trad. Rosali P. Fernandez. Rio de Janeiro, Livraria Interciência.
- MENDONÇA DE SOUZA, A. 1992. *Classificação e conceito: uma discussão a partir da arqueologia foucaultiana*. Seminário apresentado à disciplina Linguagem e Ciência da Informação V, do curso de Doutorado em Ciência da Informação, Rio de Janeiro, IBICT/CNPq/ECO/UFRJ
- . s/d. *Classificação, classificações: um estudo sobre tentativa, erro, arbitrariedade e sucesso, na produção do conhecimento científico*. Documento a ser apresentado como tese de doutorado no Doutorado em Ciência da Informação. Rio de Janeiro, UFRJ.
- PEIRCE, C. 1977. *Semiótica*. São Paulo, Perspectiva. (Coleção Estudos, 46).
- PESSIS, A. M. 1989. Apresentação gráfica e apresentação social na Tradição Nordeste de pinturas rupestres. *Clio*, Série Arqueologia, Recife, 5:11-18.
- PROUS, A. et al. 1980. Estilística e cronologia na arte rupestre de Minas Gerais. In SCHMITZ, P. I. Estudos de Arqueologia e Pré-História Brasileira. *Pesquisas*, Série Antropologia, São Leopoldo, 31:121-146.
- PROUS, A. 1989. Exemplos de análises rupestres punctuais. *Arquivos do Museu de História Natural*, Belo Horizonte, 12-13:116-224.
- RANGANATHAN, S. R. 1963. *The Five Laws of library Sciences*. Bombay, Publishing House.
- VICKERY, B. C. 1960. *Faceted Classification: a guide to construction and use of special schemes*. London, Aslib.